



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

**EDITAL DE LICITAÇÃO – CARTA CONVITE n.º 67/2008  
MINUTA DE CONTRATO n.º \_\_\_\_/2008**

Contrato que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Ernei José Stähelin**, doravante denominado simplesmente de **PREFEITURA**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, com sede Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em decorrência do processo de licitação n.º 67/2008 – Modalidade: Carta Convite, homologado em \_\_/\_\_/\_\_, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei 8.666/1993, ao Edital e às seguintes cláusulas:

***CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:***

**1.1-** O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do processo licitatório n.º 67/2008, qual seja, *a reforma e ampliação da Escola Reunida Municipal de Santa Filomena, localizada na Rodovia SC 407, Barro Branco, neste Município, conforme especificações e quantitativos constantes do memorial descritivo (ANEXO I), orçamento/planilha orçamentária (ANEXO II) e projetos (ANEXO III), que completam o objeto e são parte integrante do edital de licitação.*

**1.2-** A **CONTRATADA** declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste contrato dentre das normas técnicas com qualidade e segurança.

**1.3-** O objeto deste contrato será fornecido pela **CONTRATADA** à **PREFEITURA** pelo regime de “Menor Preço Global – Empreitada por Preço Global”, conforme disposição do edital n.º 67/2008.

***CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:***

**2.1-** São partes integrantes deste contrato, o edital de licitação n.º 67/2008, seus anexos, o Termo de Homologação, o projeto e a proposta apresentada pela **CONTRATADA** na licitação.

***CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:***

**3.1-** O preço do presente contrato é aquele constante do termo de homologação do processo licitatório n.º 67/2008, ou seja, **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), não podendo sofrer reajuste de forma alguma.

**3.2-** Para o pagamento, deverá a **CONTRATADA** apresentar a nota fiscal de realização do objeto deste contrato, no setor de contabilidade da Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC.

**3.3-** O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a execução e entrega do objeto, contados da apresentação da nota fiscal de realização do objeto;

**3.4-** Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

***CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:***

**4.1-** No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a **PREFEITURA**, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à **CONTRATADA**.

***CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:***

**5.1-** O prazo deste contrato, e da entrega definitiva do seu objeto, completamente pronto, é de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da **PREFEITURA** e após requerimento fundamentado da **CONTRATADA**.

***CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:***

**6.1-** A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da **PREFEITURA**, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 145.04.01.1.002.4.4.90.00.0142 e 146.04.01.1.002.4.4.90.00.0137.

***CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:***

**7.1-** A **CONTRATADA** obriga-se pelos danos causados diretamente à **PREFEITURA** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da **PREFEITURA**.

**7.2-** Obriga-se também a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas de conformidade com o edital n.º 67/2008.

**7.3-** É obrigação da **CONTRATADA**, ainda, a garantia do objeto deste contrato, que deverá ser de no mínimo cinco (05) anos, bem como o enquadramento dos brinquedos adquiridos nas normas de segurança exigidas em lei específica.

**7.4-** Fica ciente ainda, a **CONTRATADA**, que é de sua obrigação a relação de trabalho havidas com seus prepostos, mesmo aos que diretamente ligados a efetivação do objeto deste contrato, não se constituindo, assim, qualquer vínculo com a contratante, seja de ordem trabalhista, civil, administrativa, tributária ou penal.

**7.5-** É obrigação da **CONTRATADA**, também, a garantia pela prestação e execução do objeto deste contrato, bem como garantia da obra por um prazo de 5 anos a contar de sua entrega.

***CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:***

**8.1-** Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á as seguintes sanções:

**8.1.1-** Pelo atraso injustificado no início das obras ou, após seu início, paralisação imotivada, inferior a 30 (trinta) dias, de multa de 1,00% (um por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

**8.1.2-** Pelo atraso injustificado no início das obras ou, após seu início, paralisação imotivada, superior a 30 (trinta) dias, multa de 10,00% (dez por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão;

**8.1.3-** Pela infração a quaisquer disposições contidas no Código de Posturas, Código de Obras, Código Nacional de Trânsito, legislação ambiental e outros dispositivos legais pertinentes, multa de 2,00% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

**8.2-** Além da imposição das multas acima, a **CONTRATADA**, pelas infrações descritas no *caput* desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

**8.2.1-** Advertência escrita.

**8.2.2-** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a **PREFEITURA**, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

**8.2.3-** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **PREFEITURA** enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **PREFEITURA** pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da **CONTRATADA** no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

**8.3-** A imposição das sanções acima descritas não impede que a **PREFEITURA** rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

**8.4-** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **PREFEITURA**, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

**8.4.1-** Da aplicação de qualquer multa, será a **CONTRATADA** intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**8.5-** Ante a imposição de quaisquer sanções à **CONTRATADA**, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

**8.6-** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:**

**9.1-** Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/1993, à **PREFEITURA**, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

**9.1.1-** Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**.

**9.1.2-** Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

**10.1-** Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

**10.1.1-** Por acordo das partes, quando conveniente à substituição da garantia de execução.

**10.1.2-** Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

**10.1.3-** Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando

ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

**10.1.3.1-** Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:***

**11.1-** O presente contrato poderá ser rescindido:

**11.1.1-** De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

**11.1.2-** Por ato fundamentado e unilateral da **PREFEITURA**, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

**11.1.2.1-** O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela **CONTRATADA**, de qualquer das cláusulas contratuais.

**11.1.2.2-** O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, por culpa da **CONTRATADA**, no início das obras, conforme prazos estabelecidos neste instrumento;

**11.1.2.3-** A sub-contratação total ou parcial do objeto deste contrato.

**11.1.2.4-** A associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da **PREFEITURA**, após regular consulta.

**11.1.2.5-** A decretação de falência ou dissolução civil da **CONTRATADA**.

**11.1.2.6-** A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do objeto deste contrato.

**11.1.2.7-** Razões de interesse público, invocadas pela **PREFEITURA**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

**11.1.2.8-** A ocorrência, invocada pela **PREFEITURA**, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

**11.1.3-** Por ato praticado pela **CONTRATADA**, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.

**11.1.4-** A não liberação, por parte da **PREFEITURA**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto, gera à **CONTRATADA** o direito de requerer a abertura de processo administrativo visando a rescisão contratual.

**11.1.5-** Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**11.1.6-** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:***

**12.1-** A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

**12.2-** A nulidade não exonera a **PREFEITURA** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à **PREFEITURA** promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

***CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:***

**13.1-** Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela **PREFEITURA** ou pela **CONTRATADA**, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

**13.2-** Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

***CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:***

**14.1-** As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

***CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:***

**15.1-** Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 67/2008.

**15.2-** Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei n.º 8.666/1993, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, **PREFEITURA** e **CONTRATADA** assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

**PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**

**ERNEI JOSÉ STÄHELIN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATADA**

**CNPJ: \_\_\_\_\_**

**Testemunhas:**